

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARILISE MORONA

O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: frente à crise econômica atual.

CURITIBA  
2016

MARILISE MORONA

O PAPEL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: frente à crise econômica atual.

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Especialização em Economia Ambiental do curso de Pós-graduação em Economia e Meio Ambiente, Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Loureiro

CURITIBA  
2016

A Deus pelas bênçãos e oportunidades concedidas, aos meus pais pelos ensinamentos e zelo, ao meu esposo pelo apoio, amor e por acreditar em mim.

## AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Especialização em Economia Ambiental, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, na pessoa de seu coordenador Prof. Anadalvo Juazeiro dos Santos, pelo apoio recebido.

Aos colegas de turma pela união e cooperação despendidos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Wilson Loureiro que sempre se apresentou amigo, dedicado, atencioso.

Os meus agradecimentos!

*Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei ara que o melhor fosse feito.Não sou o que deveria ser, mas Graas a Deus, não sou o que era antes”.*  
*(Marthin Luther King)*

## RESUMO

Este trabalho visa analisar a importância da economia solidária na geração de emprego no Brasil frente a crise econômica, a partir dos conceitos fundamentais de economia solidária, seus projetos e programas governamentais e movimentações sociais e fatores de influência do desemprego nacional, assim como de geração de renda, abrangendo as atividades rurais, cooperativas e associações, utilizando referência bibliográfica de reportagens, estudos sobre a economia nacional e da economia solidária. Cabendo como ressalva a importância em manter a abordagem apartidária e tendo como resultado a importância econômica e a geração de emprego e renda para grupos familiares, cooperativas e sociedades organizadas, neste período de crise.

Palavras-Chave: Atividades Rurais. Cooperativismo. Economia Ambiental. Economia Solidária. Geração de Renda

## ABSTRACT

This work aims to analyze the importance of the solidarity economy in generating employment in Brazil face the economic crisis , from the fundamental concepts of social economy , its projects and government programs and social movements and influence the national unemployment factors as well as generation income , including rural activities , cooperatives and associations , using bibliographic reference of reports , studies on the national and economic solidarity economy. Fitting as caveat the importance of maintaining the non-partisan approach and resulting economic importance and generating jobs and income for family groups , cooperatives and organized societies , this crisis period.

Keywords : Rural Activities . Cooperativism. Environmental Economics . Solidarity economy. Income Generation

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - FORMAÇÃO DE EES DE ACORDO COM AS MACRORREGIÕES NACIONAIS .....	21
GRÁFICO 2 REMUNERAÇÃO POR FUNÇÃO NAS EES DE ACORDO COM AS MACRORREGIÕES NACIONAIS .....	21
GRÁFICO 3 – DESTINAÇÃO DO LUCRO NAS EES.....	22

## LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

BCD – Bancos Comunitários de Desenvolvimento

CADSOL – Cadastro Nacional de Empreendimento Econômicos Solidários

CADUNICO – Cadastro único para programas sociais do governo federal

CDO's – Obrigação de Dívida Colateralizada - do inglês "Collateralized Debit Obligation"

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

EAF – Empresas de agricultura familiar

EES – Empreendimento Econômicos Solidários

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FS – Fundo Solidário

LETS - Local Exchange and Trade System

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PNES – Política Nacional de Economia Solidária

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

SCJS – Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	16
2.1.	OBJETIVO GERAL	16
2.2.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
<b>3</b>	<b>REVISÃO DA LITERATURA</b>	17
3.1.	ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E HISTÓRIA	17
3.2.	ECONOMIA SOLIDÁRIA QUANTO PARTE DA ECONOMIA NACIONAL	20
3.3.	LEGISLAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS	23
3.4.	CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL	29
3.5.	A CRISE ECONÔMICA	31
<b>4</b>	<b>MATERIAL E MÉTODOS</b>	33
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	34
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	36
	<b>REFERÊNCIAS</b>	37

## 1 INTRODUÇÃO

A economia solidária pode ser definida como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, autogestão, onde os meios de produção são de posse coletiva de seus trabalhadores. Sendo o trabalho uma forma de aprender, crescer, amadurecer, essa forma de economia oferece-o a todos sem distinção (SINGER, 2008).

Essa economia voltada à geração de trabalho e renda a favor da inclusão social apresenta-se como uma alternativa de sustento as comunidades frente à crise econômica e política (MTE, 2015). O enfoque da economia solidária difere da capitalista por ser inclusiva, com soluções amplas num processo contínuo de desenvolvimento local, solidário, comunitário, democrático, cujo lema deveria ser “ninguém fica de fora”, descreve Singer em entrevista a FBB, 2006.

De acordo com o IBGE, em divulgação pelo G1, 2016, a taxa de desemprego subiu para 11,2% ao final do primeiro trimestre deste ano, a maior já registrada desde 2012 quando se teve início uma nova formulação do indicador, que passa a considerar a população economicamente ativa, empregados e desempregados. Com a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho aumentou-se 3,4 milhões de pessoas procurando emprego, e além disso a quantidade de pessoas que estão com carteira assinada no setor privado recuou 1,8% (G1, 2016a). O PIB de 2016 está estimado a ter uma queda de 3,8%, o mesmo registrado em 2015. O mercado financeiro estima contração de 3,88 % para as atividades este ano, e a previsão para a inflação é que ela feche em 7% este ano (G1, 2016b).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1.OBJETIVO GERAL**

Identificar a importância da Economia Solidária no Brasil frente á crise econômica atual.

### **2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever os conceitos de economia solidária e suas características;
- Identificar a função da economia solidária na economia nacional;
- Caracterizar a economia nacional
- Descrever os aspectos legais referentes a economia solidária;

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONCEITOS, DEFINIÇÕES E HISTORIA

A economia solidária pode ser definida, de acordo com SINGER (2008), como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos, autogestão, onde os meios de produção são de posse coletiva de seus trabalhadores. A Política Nacional de Economia Solidária a define como o conjunto de atividades econômicas – produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores (as) na forma coletiva e autogestionária. Tendo como características: a)Cooperação; b)Autogestão; c)Dimensão econômica; d)Solidariedade;

Sendo o trabalho uma forma de aprender, crescer, amadurecer, essa forma de economia oferece-o a todos sem distinção. Em contrapartida os trabalhadores não obtêm um salário fixo mensal, por serem proprietários o lucro e o prejuízo é compartilhado por todos, nessa forma têm se a organização de cooperativas (SINGER, 2008). Os EES, ou empreendimento econômicos solidários são organizações coletivas, supra-familiares, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do meio urbano e rural que exercem coletivamente a gestão de atividades assim como distribuição de resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro legal (PNES, 2013).

Outra prática da economia solidária são os clubes de troca também conhecidos como LETS (Local Exchange and Trade System), criado em situação de crise do mercado de trabalho, os trabalhadores por hora desempregados se organizaram em comunidade e desenvolveram um sistema de preços e uma moeda específica para a finalidade de troca de serviços e produtos (SINGER, 2008). Devido a sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre funções de saúde, educação e preservação

ambiental, persistindo um sistema de vida que não secciona as relações econômicas das sociais e não se molda segundo princípios utilitaristas (CATTANI, et.al, 2009).

Robert Owen, (1771 – 1858) foi quem utilizou primeiro a palavra socialismo, rico industrial inglês observou em Lanarkshire, Escócia, as péssimas condições de trabalho e moradia das pessoas. A partir das suas observações ele promoveu benfeitorias a comunidade como melhorias na casa, criação de um armazém com venda de mercadoria a preços baixos, controlou o consumo de bebida alcoólica reduzindo os vícios e crimes, e ainda fundou a primeira escola maternal britânica, além de organizar os serviços de educação, saúde assistência social, passando assim a comunidade a se autogerir e a moeda local a serem vales condizentes com o número de horas trabalhadas, pregando assim a a formação de cidades-cooperativas ou comunidade autônomas de trabalhadores como sendo a solução para as questões sociais (UFCEG, 2016).

Os Pioneiros de Rochdale eram formados por 28 tecelões da cidade que os da nome, na Inglaterra, que prejudicados pelo novo modelo econômico que no século XIX substituíu o trabalho artesanal pelo industrial e influenciados pensadores utópicos do socialismo como Robert Owen, decidiram fundar uma cooperativa de consumo, com registro em 24 de outubro de 1844, seus objetivos e organização social posteriormente transformaram-se nos Princípios do Cooperativismo Mundial, que são a adesão livre, a gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política e religiosa, e desenvolvimento do ensino (FESP, 2016).

Os princípios de Rochdale ainda são utilizados pelas cooperativas em todo o mundo, sendo o primeiro referente a autogestão o mais significativo para a manutenção do caráter democrático e participativo. Os princípios de cooperativismo, ou seja, a autogestão é praticada pelas empresas de economia solidária tornando a parte da economia cooperativa ou social, porém tomando o cuidado de não a incluir no grupo das cooperativas que empregam assalariados. Essa forma de economia cresce em função das crises sociais, causada pela competição dos capitais privados, mas sua viabilidade só ocorre quando a maioria da sociedade se conscientiza da importância de se organizar

os meios de produção para que todos os conheçam, pratiquem e o utilizem para gerar o produto social (SINGER, 2002).

Em empresas solidárias não há salários e sim retiradas que podem ser iguais ou diferenciadas. De acordo com Singer (2015) a maioria das empresas ainda opta pela retirada diferenciada, sendo para manter a hierarquia profissional a que estão acostumados ou para manter a colaboração de cooperados mais qualificados.

O excedente anual ou sobra têm sua destinação decidida em assembleia, sendo posta em fundo de educação, fundo de investimentos divisíveis ou indivisíveis, e o restante redistribuído aos sócios (SINGER, 2015). O fundo divisível é contabilizado individualmente para cada sócio, a ele se contabiliza juros com taxas menores que o mercado, e é utilizado para aumentar o patrimônio da cooperativa. Ao se retirar da cooperativa o sócio tem direito a sua cota acrescida dos juros, descapitalizada assim a cooperativa. Já o fundo indivisível perene a cooperativa com um todo, preserva a cooperativa da descapitalização caso parte dos sócios se retirem impede que a cota de capital do fundo divisível se valorize excessivamente (SINGER, 2015).

Para França-Filho (2001) a economia solidária é um campo em construção no Brasil com dinâmica que evolui de auto-organização socioeconômica para auto-organização sociopolítica, sendo assim um movimento social de natureza singular devido aos atores que a compõem. Considera-se quatro categorias de atores, sendo os empreendimentos econômicos solidários, ou EES, as entidades de apoio e fomento ou EAF, as redes e fóruns de economia solidária e por último a institucionalidade pública do Estado, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES.

Os EES são a auto-organização socioeconômica, onde pode-se distinguir várias práticas de economia solidária, como os bancos populares, cooperativas de crédito e bancos comunitários, o comércio justo, e o cooperativismo popular (FRANÇA-FILHO, 2007). A partir dos princípios da economia solidária pode-se relacionar as características dos empreendimentos econômicos solidários que com suas especificidades distinguem-se dos demais alinhados a lógica capitalista.

De acordo com Lisboa (2005) os EES fazem parte de um setor mercantil e monetário, mesmo porque o lucro, sobra ou excedente, fundamentalmente

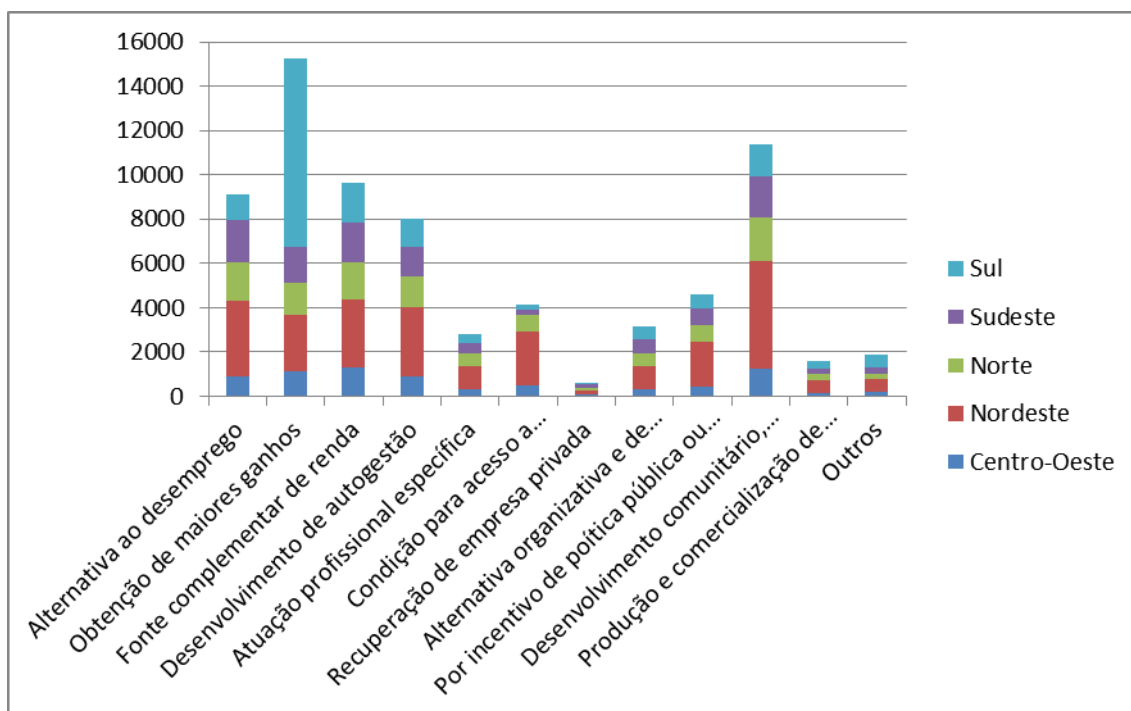
uma dimensão para avaliar a eficiência econômica de uma atividade, está presente nas expressões mercantis, exprime a sustentabilidade do empreendimento, sua capacidade de se renovar e expandir. Sendo como originalidade da economia solidária é a busca pelo preço justo ao invés do lucro máximo, sem deixar de lado a preocupação com a rentabilidade mas respeitando os valores éticos e humanistas, em função de uma perspectiva social e ecológica.

### 3.2. ECONOMIA SOLIDÁRIA QUANTO PARTE DA ECONOMIA NACIONAL

O desenvolvimento sustentável em sido concebido como alternativa ao atual padrão dominante de desenvolvimento que promove degradação ambiental e insegurança social e política que distribui de forma desigual os recursos e riquezas geradas pelo homem (MTE, 2013).

A economia solidária é voltada à geração de trabalho e renda a favor da inclusão social, através de práticas econômicas e sociais organizadas com a lógica do desenvolvimento sustentável e do crescimento econômico igualitário (MTE, 2015), apresenta-se como uma alternativa de sustento as comunidades frente à crise econômica e política atualmente vivida pela população brasileira, que já gerou o desemprego de 243.948 pessoas em apenas 5 meses através de demissões em massa em todo o país (MTE, 2015). Conforme pode ser visto no GRÁFICO 1, a variabilidade e formação e renda assim como o desenvolvimento comunitário são os motivos mais citados para formação de EES.

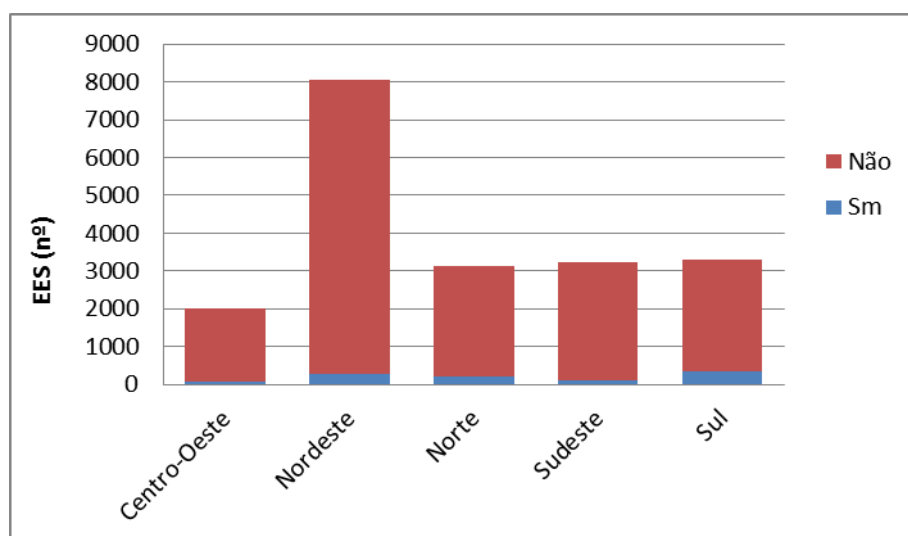
GRÁFICO 1 – FORMAÇÃO DE EES DE ACORDO COM AS MACRORREGIÕES NACIONAIS



Fonte: Adaptado de Atlas Digital SIES, 2016

De acordo com o SINGER, 2015, a maioria das EES optam pela remuneração diferenciada dos cooperados, o que pode ser contestado pelo GRÁFICO 2, das 19.708 EES 95% não remuneram por função exercida seus cooperados.

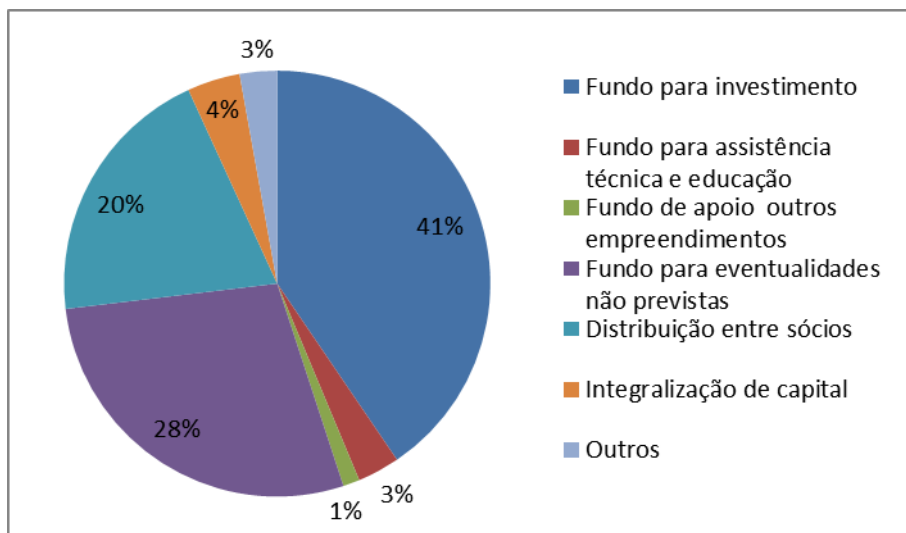
GRÁFICO 2 – REMUNERAÇÃO POR FUNÇÃO NAS EES DE ACORDO COM AS MACRORREGIÕES NACIONAIS



Fonte: Adaptado de Atlas Digital SIES, 2016

De acordo com o SIES, a maior parte do excedente das EES é destinada para o fundo de investimento e para o fundo com vistas a imprevistos, conforme GRÁFICO 3.

GRÁFICO 3 – DESTINAÇÃO DO LUCRO NAS EES



Fonte: Adaptado de Atlas Digital SIES, 2016

As EES correspondem a 19.708 empreendimentos no Brasil, de acordo com o levantamento do SENAES em 2013, empregam mais de 1,4 milhões de pessoas e a taxa de desocupação 3,45%, já os profissionais técnicos e de nível superior correspondem a 0,98% em contrapartida 55,3% são parte da agricultura familiar, 5,24% são assentados da reforma agrária e 17,9% são artesãos.

A distribuição nacional de EES, é de 40,8% localizados o Nordeste e 10,3% no Centro-Oeste. De acordo com o DIEESE (2015) ao avaliar os dados do SIES, a tendência da criação de empreendimentos informais esta relacionada a diminuição de empreendimentos formais, embora seja os empreendimentos formais que tenham o maior número de sócios 71,1%, de um total de 1.423.631 sócios, desses 70,4% estão ligados a agricultura familiar, 2/3 dos EES encontram-se em áreas rurais, o que pode ser justificado pelas políticas publicas de crédito e fomento nesse segmento.

Ainda quanto à informalidade, esta representa os EES que não possuem CNPJ e os grupos que se declaram informais, as sociedades mercantis 37,8% operam na informalidade e 26,1% das cooperativas também estão nessa situação.

De acordo com Singer para a FBB (2006) a solução a longo prazo para a economia solidária se autofinanciar são as cooperativas de crédito por terem estrutura, filosofia e cultura mais adequadas que um banco para fazer o repasse aos pequenos agricultores, essas cooperativas servem de canal para a distribuição de crédito subsidiado com o PRONAF, que tornou-se um dos melhores programas de distribuição de renda e redução de pobreza no país. Quanto a comercialização, em geral são comida, roupas ou reciclagem de resíduos, modalidades em que ocorre excesso de oferta e pouco ganho, são mercados favoráveis ao comprador. Quanto a tributação o pobre no Brasil pagam mais impostos, 30% dos seus gastos, enquanto os ricos pagam 20%, em valores absolutos a ordem é diferente, porém não proporcionalmente.

Segundo França-Filho (2001) é uma economia que tem muita vocação para interagir com as formas econômicas dominantes, elaborando arranjos particulares de princípios econômicos diversos, subordinando a lógica mercantil da ação coletiva, mesmo que ainda com dificuldades concretas. Uma economia plural, esquecida pela teoria econômica convencional, porém que não deve ser desprezada pois dela depende grande parte da população mundial.

De acordo com o autor há inúmeras experiências de clube de trocas, finança solidária através de bancos do povo e associações de microcrédito, empresas sócias e cooperativas na América Latina e no Brasil, convivendo com variadas formas de produção e distribuição econômica, conhecido sob a expressão de setor informal. No Brasil grande parte das experiências está marcada por um grau de precariedade, representando que uma alternativa provisória de economia, essa precariedade esta relacionada ao material, o qual implica em condições de trabalho e nível de renda. Mas considerando o caráter diverso dessa economia, há iniciativas de cidadãos que optam por outros valores associados ao trabalho, sendo assim uma opção voluntaria.

### 3.3. LEGISLAÇÃO, POLITICAS PUBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

O Programa economia solidária em desenvolvimento, tem como objetivo central promover e viabilizar a geração de trabalho e renda aos sujeitos que

estão geralmente à margem do mercado formal de trabalho, inserido na ação 133 do Programa Plurianual 2004-2007.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária aconteceu em Brasília, capital federal, entre os dias 26 a 29 de junho de 2006, e teve como tema a Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, onde foram apresentados dados de desenvolvimento e crescimento da EES, sendo 70% delas criadas entre 1990 e 2005 no território nacional, e ainda a constituição dos Fóruns municipais, regionais, estaduais e federal de Economia Solidária, as Redes: de produção e comercialização, trocas solidárias, gestores de políticas públicas; e Frentes Parlamentares, além da criação de Conselho estaduais e nacional, e SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego.

Como prioridades da conferência pode-se listar:

- Garantir que as políticas, programas e ações de financiamento, formação, capacitação, pesquisa, assistência técnica e comercialização tenham acesso facilitado para as EES, com redução da taxa de juros e custo de manutenção da legalidade, além da redução das exigências burocráticas de instituições públicas e financeiras;
- Garantir que as políticas públicas não estejam subordinadas a lógica capitalista;
- Pontuar as características de concepção das políticas públicas para a Economia Solidária, além de seus objetivos e prioridades;
- Ainda pontua sobre a regularização da comercialização, marco jurídico, crédito e finanças solidárias, formação, assistência técnica e tecnológica, comunicação e divulgação, investimento em infraestrutura, saúde do trabalhador, sustentabilidade ambiental, institucionalidade e papéis dos entes federados, participação e controle social (CONAES, 2006).

A II Conferência Nacional de Economia Solidária, foi realizada pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, ela ocorreu na capital federal entre os dias 16 e 18 de junho de 2010, onde foram abrangidos os eixos: I) Avanços, limites e desafios da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultura e ambiental nacional e internacional; II)Direito a formas de organização econômica baseada no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na

sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento; III) A organização do sistema nacional de economia solidária; Nessa conferência foram apresentadas as políticas públicas, programas e ações que beneficiaram as EES, no âmbito municipal, regional, estadual e federal, em vista a participação em licitações, comercialização e financiamento, com ressalvas das melhorias que devem ser estabelecidas para o crescimento da economia solidária nacional (CONAES, 2010).

A III Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu entre os dias 26 a 29 de novembro de 2014 e teve como tema “construindo um plano nacional de economia solidária para promover o direito a viver de forma associativa e sustentável”, com o objetivo de realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária assim como promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio fomentadas pelo governo e pela sociedade civil e ainda elaborar planos municipais, territoriais e estaduais e um plano nacional de economia solidária visando o futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação, programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país (CONAES, 2014).

O Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária para o período de 2015 a 2019 e um instrumento de incidência e organização da política pública nacional e dos governos subnacionais e tem como intuito fomentar e fortalecer políticas públicas no âmbito municipal, territorial, estadual e o fortalecimento de bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos para conquistar soluções permanentes e adequadas as necessidades e exigências da economia solidária, tendo como instância responsável pelo acompanhamento e implementação do plano o Conselho Nacional de Economia Solidária (PNEC, 2015).

Fazem parte das prioridades temáticas do PNEC, quatro eixos:

- Produção, comercialização e consumo solidários: fortalecer e estruturar os processos de produção, comercialização e consumo da economia solidária, de forma autogestionária e sustentável, garantindo recursos públicos para a implantação no período deste plano. Através do desenvolvimento das capacidades produtivas, do sistema nacional de comércio justo e solidário e construção da

identidade da economia solidária, estruturação de espaço de comercialização e acesso aos mercados institucionais;

- Financiamento, crédito e finanças solidárias: organizando o sistema de finanças solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias territoriais. Através do fortalecimento do sistema de finanças solidárias e do acesso dos EES ao crédito público,
- Educação e gestão: construir uma política nacional de educação em economia solidária com instrumentos e financiamento adequados, viabilizando processos educativos que contemplem as necessidades dos diferentes segmentos, bem com o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e de estratégias de comunicação visando fortalecer as práticas de autogestão;
- Ambiente institucional: que possibilite o fortalecimento da economia solidária, considerando sua especificidade e diversidade, garantindo a formalização e o funcionamento dos EES, o adequado tratamento tributário, tratamento diferenciado nas compras públicas dos seus produtos e serviços, fácil acesso ao financiamento público, fomento e organização logística para a gestão da produção e comercialização (PNEC, 2015).

O PPA 2012-2015, Plano plurianual prevê a política nacional de economia solidária no Programa de desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia – Lei 12.593 de 18/01/2012 sob os objetivos 0982 e 0983, visando fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento; e fomentar e fortalecer EES e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário; respectivamente.

A Política Nacional de Economia Solidária, de MTE 2013, tem como objetivo:

“ apresentar referenciais conceituais, metodológicos e operacionais para orientar a elaboração de projetos que se proponham a instalar ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas solidárias”.

O publico a que relata este documento, denominado de pobreza extrema, é a população com renda per capita mês de R\$70,00, em especial mulheres, definição dada pelo Decreto 7.492 de 02/06/2011 – Plano Brasil sem miséria. Ainda pessoas inscritas no CADUNICO, comunidades de baixa renda e baixo IDH, povos tradicionais, trabalhadores (as) de EES, e usuários do sistema de saúde mental;

A PNES também prevê o desenvolvimento local sustentável solidário, afim de que todos os membros da comunidade unidos pela ajuda mútua e posse coletiva de meios essenciais respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico possam se desenvolver. As redes de cooperação são definidas como articulações formais ou não entre EES, que promova atividades para fortalecer o desenvolvimento econômico e/ou promover a comercialização solidárias e consumo coletivo dos bens, dos produtos /ou serviços, mantendo os princípios de cooperação e solidariedade.

A educação e formação visando a autogestão fortalecimento institucional associativo também esta previsto na política, assim como a assessoria técnica e incubação para constituição e/ou fortalecimento de EES. Os espaços multifuncionais de economia solidária visam disponibilizar espaços físicos e infraestrutura para as atividades de formação e organização de EES, assim como realização de reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados ao fortalecimento da economia solidária, integrando e promovendo intercambio de EES, atividades de incubação e fortalecimento de redes de comercialização e contribuir para a elaboração e execução de políticas, alem de capacitar e agentes de desenvolvimento local (MTE, 2013).

A PNES tambem prevê o fomento as finanças solidárias e as define como o conjunto de iniciativas que visam democratizar o acesso a recursos financeiros a serviço das necessidades coletivas, sendo eles no Brasil:

- Bancos comunitários de desenvolvimento – BCD: a comunidade Cia, gerencia e é proprietária do banco, e atua com créditos em

reais e outra moeda social circulante, criando uma rede local de produção e consumo e promovendo o desenvolvimento endógeno e o empoderamento, além da organização comunitária com base nos princípios da economia solidária, apoiando os empreendimento de comercialização, e atuante em territórios de alto grau de exclusão e desigualdade e vulnerabilidade social;

- Fundo Solidário – FS: formado por membros da comunidade, pode coexistir com diversos outros no mesmo território, atua como um estimulador do desenvolvimento local, é rotativo porque os recursos circulam entre os beneficiários, tem por características ser uma poupança comunitária gerida coletivamente e formada por meio de opções voluntárias de recursos, deve-se estabelecer retorno para os financiamento concedidos, identifica as necessidades e busca apoio técnico, se for o caso, junto a parceiros deve ser leve e ágil, com baixo custo operacional;
- Cooperativas de crédito solidário: estimulam o desenvolvimento socioeconômico dos associados, formam poupança e assistência financeira, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades locais;
- Poupança comunitária: permite a antecipação de dificuldades e oportunidades, bem como discutir questões de gastos e gestão de recursos, é um instrumento de fortalecimento;
- Microcrédito produtivo e orientado: visa atender as necessidades financeiras empreendedoras de atividades produtivas pequeno porte;

Um dos instrumentos da política de economia solidária é o CADSOL, que visa facilitar o reconhecimento público das EES, permitindo-lhes o acesso a políticas públicas nacionais, programas de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações públicas, foi instituído pela portaria MTE nº 1780/2014, e é requisito obrigatório para o empreendimento que deseje participar do SCJS.

### 3.4. CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Segundo Furtado (1950) são três os fatores que desempenham papel decisivo na economia brasileira, os quais se fazem sentir secularmente, sendo eles: a) persistente piora na relação de trocas; b) elevação da taxa cambial; c) inflação crônica do meio circulante, motivada em grande parte por déficits orçamentários. A economia do tipo colonial que prevalecia no país até 1914 sofreu transformações com a exportação de produtos primários e importação de artigos de consumo, esse tipo de estrutura facilita a transferência da perda resultante da piora na relação de troca das baixas bruscas dos preços dos produtos primário, por ocasião das crises, dos reduzidos grupos exportadores para as massas importadoras. Ainda segundo o autor argumenta-se que a economia do tipo colonial não necessita de aumento progressivo dos salários reais, não dependendo assim do mercado interno para seu crescimento, porém a queda do poder de compra externo e a expansão monetária impedem a elevação dos salários e acabam por deprimi-los, explicando assim dois traços característicos da economia nacional: a) tendência a concentração de riquezas; b) lentidão na formação do mercado interno.

Essa estrutura econômica tende a concentrar rendas em fases de prosperidade e socializar as perdas em fases de depressão, a expansão que ocorre de fora para dentro e não têm efeito multiplicador para as classes mais baixas, faz com que diminua a procura por produtos inelásticos adquiridos no interior do país e aumente a aquisição de produtos elásticos adquiridos no exterior. Já em relação aos salários, que deveriam aumentar em épocas de expansão, quando não se mantêm estagnados tendem a reduzir, visto que a economia nacional é marcada por ciclo de culturas e mobilização de mão de obra. Diferente da economia de outros países, no Brasil o crescimento nacional é em detrimento de poucos e sem a atuação do mercado interno, e os movimentos de contração e expansão não determinam a produtividade (FURTADO, 1950)

Furtado enumerou em 1950, alguns traços da economia nacional, dentre eles:

- A socialização das perdas e a concentração dos benefícios em reduzidos grupos farão surgir um espírito de elevados lucros;
- A baixa produtividade geral e o elevado nível de gastos das classes dirigentes tornarão exígua a poupança nacional;
- O espírito de elevados lucros e a baixa poupança determinarão uma eleva taxa de juros;
- O crescimento em extensão da economia nacional e a elevação permanente da taxa cambial determinaram um depressão permanente dos salários reais;
- Os baixos salários da agricultura, principal atividade econômica do país, darão pauta aos salários das demais atividades econômicas reforçando o espírito de elevação dos lucros;
- A estagnação ou depressão dos salários reais impossibilitará crescimento da economia nacional, tornando muito lenta a formação do mercado interno;
- Estes fatores concorrerão para retardar a formação do espírito de empresa, condição básica do desenvolvimento de uma economia capitalista;

A estagnação da economia nacional prevaleceu pelo século XIX, que entrou em depressão junto a crise econômica mundial de 1890, os transtornos na economia nacional por sua vez foram afetados pela queda no preço dos produtos primários, elevação da taxa cambial com conseqüente perda da unidade monetária nacional, expansão do circulante e inflação de crédito e especulação de títulos.

A industrialização do país teve como conseqüência dar ao Brasil maior grau de independência da economia frente as flutuações do mercado internacional de produtos primários, mudanças na estrutura agrícola, e interação das diversas economias do país e uma unidade econômica. O crescimento dos núcleos urbanos influenciou a estrutura agrícola, que era essencialmente monoprodutor e passou a prover a população maior número de artigos agrícolas (FURTADO, 1950).

De acordo com AMORIM e ARAUJO, 2004, a formação do mercado de trabalho brasileiro teve como base os escravos, imigrantes despossuídos, que

só estruturado com o crescimento do assalariamento formal na criação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943, quando ocorreu a expansão do assalariamento formal e do núcleo capitalista fundado na indústria, porém sempre existiu uma parcela do mercado de trabalho menos estruturada e marginalizada. Em 1980, cessou o ciclo de crescimento da economia brasileira, e os empregos gerados passaram a ser mais precários, e passou-se a perceber que o desenvolvimento econômico não garantia a desigualdade social. A partir da década de 90 a taxa de desemprego começou a se elevar, sendo causado pelo desempenho da economia nacional como reação a abertura comercial, nessa época continuou-se a precarização do trabalho e houve aumento da proporção de ocupações não assalariadas, ou seja em carteira, ocupados por conta própria, não remunerados, construção de uso próprio e trabalhadores de autoconsumo. Leva-se em conta também a remuneração média variável do trabalhador, variável entre regiões e entre grupos.

### 3.5. A CRISE ECONÔMICA

De acordo com Moreira e Soares (2010) as crises, sejam elas financeiras ou não, surgem a partir de uma bolha, a qual gera um excesso de endividamento que por sua vez gera uma expectativa negativa de pagamento, dando início ao comportamento defensivo e ao movimento de manada, onde credores antecipam pagamentos, criam obstáculos e requisitos adicionais para empréstimos, em contrapartida devedores tentam quitar suas dívidas temerosos que as condições de pagamento se tornem deterioradas, derrubando assim os preços dos ativos, acirrando o comportamento defensivo e dando origem a crise financeira.

A crise hipotecária americana, ou subprime, repercutiu na economia mundial a partir de 2007 (MOREIRA E Soares, 2010), também chamada bolha imobiliária, ou bolha verde, ocasionou as quedas dos preços dos imóveis e inadimplência de grande quantidade de dívidas hipotecárias em poder dos bancos Norte americanos, europeus e asiáticos. As operações de crédito foram paralisadas, afetando negativamente as transações comerciais e o escoamento

de produtos, atingindo assim a indústria, a agricultura, os serviços de comunicações, transporte e energia, dentre outros. Com a queda na produção o desemprego aumenta, reduzindo ainda mais o consumo. Como reação a crise o governo ampliou o gasto público mesmo com queda de arrecadação fiscal, o que abreviou a crise, que teve seu auge em 2009 (CONAES, 2014).

A crise teve efeito global devido aos mercados financeiros serem semelhantes ao mercado norte-americano, permitindo assim o aprofundamento das inovações financeiras, a investigação de investidores em fundamentos econômicos financeiros de outros países onde também se instalará a crise, ainda os investimentos em títulos lastreados a hipotecas e CDOs, ou seja os investimentos norte americanos eram transacionados por bancos e investidores estrangeiros, e também o mercado de crédito que afetou a comercialização de produtos importados (MOREIRA E SOARES, 2010).

Em 2010, embora muitos países estivessem com suas economias voltadas a normalidade a dívida pública estava ampliada, os bancos, credores das dívidas públicas, exigiram políticas de austeridade com o custo da redução e cortes os gastos públicos, o que fez com que a crise retornasse. Atualmente a economia está semiparalisada, o pouco crescimento que ocorre em economias emergentes tendo ritmo reduzido.

#### **4 MATERIAL E MÉTODOS**

Foi realizado o levantamento bibliográfico de fontes de informação apartidárias para avaliação dos dados aqui abordados. Essas fontes são publicações, livros, revistas, entrevistas e reportagens, isentos de opinião pessoal dos escritores, e apresentam cunho científico.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O setor secundário, indústria de transformação e construção civil, vem reduzindo sua participação relativa a ocupação, acompanhada dos setores agropecuários e de extrativismo, o terceiro setor caba por responder cada vez mais pela total da ocupação, especialmente pelo avanço do segmento não organizado do trabalho ou informal, o qual destaca-se pela presença de engajados na formulação teórica e prática de alternativas de produção, trabalho e renda, aos deserdados pela crise do desenvolvimento capitalista, dando um novo foco a economia solidária, através de estudiosos com mecanismos de incubação recuperam trajetórias ocupacionais anteriormente exercidas no segmento organizado de trabalho, para além do capital e do plano local. Do outro lado ações federativas resultam em medidas instrumentais compensatórias incapazes de oferecer alternativa ocupacional diante da crise do desenvolvimento capitalista, reproduzindo de acordo com POCHMANN, 2004, um certo assistencialismo improdutivo, sendo poucas as experiências políticas públicas articuladas e integradas de inclusão e autonomia social, política e econômica coletiva. E o Estado acaba sendo confundido com o ciclo político eleitoral, cuja atuação não aponta saída emancipatória satisfatória.

AMORIM e ARAÚJO, citam que o papel do Economia Solidária em Desenvolvimento, diferente de outro que buscam gerar emprego através da concessão de crédito, busca estimular trabalho associativo e cooperativo implementando um cultura de cooperação em contraposição a cultura de subordinação. Na prática talvez seu grande mérito poderá ser o de explorar todo o potencial do associativismo e do cooperativismo para integrar as pessoas ao mundo do trabalho.

Cabe ressaltar aqui a importância da análise apartidária, visto que a crise econômica nacional esta em desequilíbrio, também, devido a crise política a que vivemos atualmente, como afirma Teresa TerMinassian, 2016 ao Estadão: “Brasil não sai da crise econômica se não resolver a crise política”. Por hora basta ressaltar a importância do governo passado em abrir espaço as discussões e representações públicas através da Conferência Nacional de Economia Solidária, e da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária

vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, e do Sistema Integrado de Economia Solidária, que foram apelos da comunidade organizada em associações, cooperativas e universidades, através da formação de Fóruns, ONG's e demais instituições que acreditam em uma política pública eficiente e voltada a atender a demanda da sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária é uma ferramenta de geração de emprego, porém mais do que isso é uma forma de gerar oportunidade para comunidades preservarem a sua cultura e se fortalecerem, enquanto associações e cooperativas, socialmente e economicamente. Unidas e organizadas elas têm o acesso facilitado a recursos físicos, técnicos e econômicos, além de oportunizar o desenvolvimento local.

A contribuição deste trabalho não é o de dar uma solução à crise econômico-política através da economia solidária, mas sim demonstrar que não há só uma economia movimentando o mercado e que há famílias que de alguma forma tem seu sustento através da cultura, da solidariedade, da troca, em associação ou cooperativismo, mas mantendo assim a união da comunidade. Espera-se, contudo que novos estudos sejam feitos a fim de acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos presentes da economia solidária, com o intuito de fomentar a economia, gerar riqueza para a população, estreitar laços entre empreendimento e indivíduos, viabilizar novas experiências sociais e econômicas, e, sobretudo multiplicar a solidariedade e a união tão característica dessa economia.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Brunu . F. ARAUJO, Herton, E. **Economia Solidária no Brasil: nova formas de relação de trabalho?**. Mercado de Trabalho. IPEA, 2004.

CATTANI, Antonio D. [et. al]. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo. Almedina, 2009.

CONAES. Comissão organizadora. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**: documento base. CONAES: 2010.

CONAES. Comissão organizadora. **I Conferência Nacional de Economia Solidária**: documento base. CONAES: 2006.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Informalidade da econômica solidária**: conhecendo e discutindo. São Paulo: 2015.

ESTADÃO. SALOMÃO, ALEXA. Entrevista com Teresa Ter-Minassian. Disponível em: <[economia.estadao.com.br/noticias/geral,Brasil-nao-sai-da-criese-economica-se-nao-resolver-a-criese-politica,10000023324](http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,Brasil-nao-sai-da-criese-economica-se-nao-resolver-a-criese-politica,10000023324)> Acesso em: Abril, 2016.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Gestão de trabalho e renda: economia solidária e desenvolvimento local, ad contribuição da fundação banco do Brasil**. Publisher. São Palo, 2006.

FESP. Federação das Unimeds do Estado de São Paulo. Acesso em: <[bibliotecafesp.unimedfesp.coop.br/mídias/Cartilha%20Cooperativismo.pdf](http://bibliotecafesp.unimedfesp.coop.br/mídias/Cartilha%20Cooperativismo.pdf)> Acesso em: Junho, 2016.

FRANÇA-FILHO, Genauto C. **Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação**. Civita: Revista de ciências sociais. V. 7, n. 1. PUC-RS. Rio Grande do Sul, 2007.

FURTADO, Celso. **Características gerais da economia brasileira**. Revista Brasileira de Economia. Fundação Getúlio Vargas, v 4, n 1. Rio d Janeiro, 1950.

G1. Globo Digital (a). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/desemprego-fica-em-112-no-trimestre-encerrado-em-abril-diz-ibge.html>> Acesso em: Julho, 2016

G1. Globo Digital (a). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/governo-passa-prever-oficialmente-retracao-de-38-para-o-pib-em-2016.html>> Acesso em: Julho, 2016

LISBOA, Armando M. **Economia solidária e autogestão**: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas – RAE*. Jul/Set V 45. N. 3. FGV: 2005.

MOREIRA, Tito. B. S. SOARES, F. A. R. **A Crise financeira internacional e as políticas anticíclicas no Brasil. Tesouro**. XV Prêmio Tesouro Nacional. Brasília, 2010.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Política Nacional e Economia Solidária**. Brasília, 2013.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Conteúdo extraído de: <[www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria](http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria)>. Acesso em: set.2015.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil**: possibilidades e limites. Nota Técnica. Mercado de Trabalho.IPEA:, 2004

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramos: 2015.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. Estudos avançados 22. (62). São Paulo. USP, 2008.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Roberto Owen**. Biografia. Extraído de: <[www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RoberOwen.html](http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/RoberOwen.html)> Acesso em: Junho, 2016.